



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA, E, DE OUTRO, A EMPRESA CONTRATADA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS.

A Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba/MG, por intermédio da Diretoria de Compras e Licitações, com sede na Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.029/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Lucas da Silva Mendes, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 027/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 013/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente contrato é o registro de preços para futuras e eventuais a aquisição de equipamentos de proteção individual, nos termos das planilhas anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GERAL					
ITEM	QUANTIDADE	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	30,00	Unid.	Avental de proteção térmica, tipo barbeiro com proteção frontal e alças de ajuste no pescoço e costas, confeccionado em material com tratamento retardante de chamas e propriedades de isolamento térmico com certificado de aprovação CA		
2	738,00	Unid.	Avental impermeável em pvc, com forro de poliéster. Tamanho: 0,90 cm x 0,70 cm. Cor: branco. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
3	10,00	Unid.	Avental impermeável em pvc, com forro de poliéster. Tamanho: 1,20x0,70cm. Cor: branco. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
4	100,00	Unid.	Bandeiras sinalizadoras confeccionadas em tecido, de cor amarela tamanho 35CMx25CM, com mastro de madeira de 32 CM.		
5	20,00	Unid.	Bolsas de lona para agentes de endemias na cor caqui, fio 10 para agentes de combate a endemias com 03 divisórias internas, dois bolsos no primeiro compartimento. Um bolso na parte frontal com zíper, medindo 20x15 centímetros e tampa com 2 fechos em plástico de encaixe medindo 5 CM para fechamento da tampa. Alça regulável. Altura 30 CM, largura 40 CM e 20 CM de diâmetro. Alça em fita de nylon com 5 CM. Na frente da bolsa deve ter o logo da instituição.		
6	170,00	Unid.	Bonê de proteção da cabeça do usuário, com aba de pvc revestida, possui aba frontal para proteção do rosto e pescoço, velcro na parte frontal para fechamento. Malha dupla de poliéster. Ideal para profissionais que realizam atividades com exposição direta ao sol durante o trabalho, como trabalhadores da construção civil, agricultores, jardineiros, entre outros. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		

7	70,00	Pares	Bota de segurança com cabedal em pvc impermeável, forrado com malha 100% poliéster, modelo unissex, sem fechamento cano curto (+/- 26 cm), solado em pvc reforçado com borracha nitrílica branca antiderrapante. Solado injetado direto no cabedal, palmilha de montagem em pvc, sem palmilha higiênica, sem biqueira de aço, alma da bota em pvc. Tamanho variados (nº 33 ao 44). Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
8	276,00	Pares	Bota impermeável, confeccionado em eva (etil vinil acetato), permitindo um extremo conforto e alta absorção de impacto, palmilha confeccionada em eva (etil vinil acetato) e removível, com cano médio, solado de borracha especial com formulação para evitar escorregamentos, podendo ser utilizado em pisos molhados com resíduos de detergente, entre outros e certificado de aprovação CA.– cor branca – numeração diversa.		
9	420,00	Pares	Botina de proteção, em vaqueta lisa e curtida ao cromo; sem componentes metálicos; com espessura de aproximadamente 2,0 mm; na cor preta; modelo unissex; com solado em poliuretano bidensidade bicolor: cinza/preto, injetado direto ao cabedal; com biqueira em composite; sem cadarço; com palmilha de montagem em tanino dublada ou têxtil resistente a perfuração fixada/costurada junto ao cabedal (processo strobil); botina forrada com dorso acolchoado; com costura dupla em linha nylon 40. Tamanho variados (nº 33 ao 44). Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
10	25,00	Pares	Botina de segurança, fechamento em cadarço, cano acolchoado, confeccionado em couro marrom curtido ao cromo ou em couro nobuck, impermeável, palmilha de montagem em material sintético, solado de poliuretano bi densidade injetado diretamente no cabedal, sem biqueira de aço. Tamanhos: 36,37,38,39,40,41,42,43.		
11	60,00	Unid.	Camisetas em malha fria, manga curta, composição(67% poliéster/ 33% viscose) com gramatura de 160 G/M ² , na cor caqui com abertura para dois botões. A gola polo, confeccionada em máquina retilínea 100% acrílica, com largura de 3,0 CM na cor caqui, com mangas curtas. Na frente deverá ter bolso do lado esquerdo contendo o brasão da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba no bolso, escrito acima do brasão Secretaria Municipal de Saúde abaixo do brasão escrito combate a endemias, sendo: o brasão na cor padrão do município e a escrita na cor preta, e nas costas escrito combate as endemias. Tamanhos: P,M,G,GG,EXG.		
12	30,00	Unid.	Camisetas em malha fria, manga longa, composição(67% poliéster/ 33% viscose) com gramatura de 160 G/M ² , na cor caqui com abertura para dois botões. A gola polo, confeccionada em máquina retilínea 100% acrílica, com largura de 3,0 CM na cor caqui, com mangas longas. Na frente deverá ter bolso do lado esquerdo contendo o brasão da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba e escrito acima do brasão escrito combate a endemias , sendo: o brasão na cor padrão do município e a escrita na cor preta, e nas costas escrito combate as endemias. Tamanhos: P,M,G,GG,EXG.		
13	120,00	Unid.	Capa de chuva em nylon emborrachado altamente resistente ao rasgamento e a tração, impermeabilização através de película de pvc de 0,20mm em toda extensão externa, na cor preta, com mangas compridas e lisas, com 2 bolsos dianteiros embutidos, vazados c/ 22cm de abertura, c/ vivo de 5cm de largura, pala de ventilação frente e costas, inteiriças formando o corpo superior da capa e mangas, com capuz ajustável por cordão de poliéster e fixado por zíper, fechamento através de 4 botões de pressão. Tamanho variados. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
14	5,00	Unid.	Capacete de segurança, com aba frontal classe “b” (capacete para uso geral, inclusive para trabalhos com energia elétrica) injetado em plástico (polietileno), com duas nervuras e dois orifícios retangulares nas laterais do casco (para acoplagem do kit abafador de ruído), suspensão com três tiras de tecido cruzados fixos ao casco através de seis pontos de encaixe, jugular, tira absorvente de suor removível de material sintético e ajustado por meio de catraca. Cor: branco. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
15	140,00	Unid.	Chapéu de palha com barbelo, conforto e flexibilidade, super-resistente contra os raios solares, 1ª qualidade. Próprio para proteção contra raios solares.		
16	10,00	Unid.	Cinturão de segurança eletricista. Cinto tipo paraquedista com proteção lombar para engate em torres ou postes + talabarte de posicionamento , duplo indicador de queda, 3 pontos de conexão: dorsal, frontal e posicionamento, confeccionado em fita de poliéster de 45mm de largura, faixa lombar acolchoada com 20cm de altura, fivelas de engate rápido em aço e cromado, argolas em aço e galvanizado, porta ferramentas, tamanho único. Talabarte em fita de poliéster, regulável, protegido com fita de poliéster tubular emborrachado para evitar o desgaste da fita, 2 mosquetões de 17mm de abertura com resistência de 25kn. Indicado para deslocamento seguro em altura, posicionamento, prevenção e parada de queda. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
17	35,00	Unid.	Colete Fiscalização: Colete confeccionado em tecido rip stop na cor azul, seguindo rigorosamente todas as especificações e detalhes apresentados nas imagens do descritivo em anexo. Parte frontal: Faixa laranja em tecido; Brasão do município; Botões de pressão em metal; Bolsos frontais inferiores internos; Elásticos laterais. Parte traseira: Faixa laranja em tecido; Nome da fiscalização e município bordados na cor branca.		
18	30,00	Unid.	Conjuntos de EPI para aplicação de inseticidas em tecido de algodão hidro-repelente (macacão de pulverização de inseticidas). Tamanhos: M,GG,XG,XGG.		

19	5840,00	Pares	Luva de algodão tricotada com revestimento palmar em pigmentos de pvc. Tricotada em algodão, pigmentada com pontos em pvc, totalmente sem costuras, super confortável, com uma boa destreza e sensibilidade para proteção da mão. Indicada para construção civil, logística, expedição, serviços de limpeza, residencial, manutenção predial e industrial, colheita. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
20	10,00	Caixa	Haste flexível com ponta dupla de algodão 100%. Caixa com 150 unidades		
21	30,00	Pares	Luva de proteção térmica de cano longo projetada para manuseio de utensílios quentes em fornos, fogões e autoclaves, confeccionada em algodão com tratamento retardante de chamas, com forração interna isolante garantindo proteção contra calor de contato até 250°C, com certificado de aprovação CA		
22	3281,00	Pares	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, revestida internamente com flocos de algodão, antiderrapante tipo diamante na face palmar e pontas dos dedos, formato anatômico. Composição: 100% borracha nitrílica, livre de proteína do látex. Espessura: 0,43 mm, comp. 30 cm. Acabamento: palma antiderrapante. Revestimento interno: algodão flocado tam g ,m e p. Indicada para trabalhos gerais leves e médios, protegendo o trabalhador contra agentes químicos e solventes, cáusticos, óleos e gorduras especialmente animal, detergentes, diesel, gasolina, querosene, ceras, álcool, amônia e pesticidas. Atividades como pintura, aplicação de vernizes, trabalho de higienização e limpeza, manuseio de carnes e alimentos (açougue, sala de cortes e outros). Pode ser utilizada sobrepondo luvas resistentes a corte ou térmicas para uma proteção impermeável. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
23	580,00	Pares	Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma e dorso, reforço interno na palma, reforço externo de costura entre os dedos polegar e indicador, elástico no dorso para ajuste. Cano curto. Aprovado para: Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
24	5480,00	Pares	Luva de segurança, confeccionada em malha de algodão, com revestimento borracha nitrílico na região da palma e dedos, com punho em malha elástica e acabamento em overlock. Tamanho nº 09. Indicada para a proteção das mãos do usuário no manuseio de ferramentas, coleta de resíduos urbanos, industrial e coleta seletiva, manutenção, limpeza, serviços em geral, atividades abrasivas. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
25	30,00	Pares	Luvas de segurança confeccionada em malha de fios sintéticos de alta densidade, sem costuras internas, com resistência a corte, abrasão e rasgamento, punho com acabamento em elástico, o material deve ter certificado de grau alimentar, sendo totalmente atóxico, deve apresentar classificação nível 5 no teste ao corte por pressão, com certificado de aprovação CA.		
26	150,00	Cx	Luvas de vinil, transparente, cano curto, sem amido. Ideal para trabalhos leves, manuseio de alimentos e higienização com maior resistência e ótima sensibilidade tátil. Caixa com 100 unidades. Tamanhos médios e grande. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
27	10,00	Unid.	Luvas isoladas elétricas de alta tensão - resistência à tensão de 400 v, com isolamento retardante de chamas e design antiderrapante para eletricitista. Bom isolamento: a parte palma luva de trabalho é isolada e adequada para uso em equipamentos elétricos de até 400v como ferramenta auxiliar de segurança. Palma de borracha: a palma das luvas é feita de material de borracha, que possui bom isolamento e retardamento de chamas, tornando-as seguras e confiáveis. Textura não deslizante: rugas e design antiderrapante na palma mão, o que aumenta a força de prensão, garante operação flexível e evita erros de trabalho. Tecido de nylon: as luvas para eletricitista são feitas de tecido de náilon, que é resistente ao desgaste e ao envelhecimento, e tem uma longa vida útil. Cena aplicável: esta luva é adequada para projetos de instalação e manutenção, como instrumentos, eletrodomésticos, equipamentos mecânicos, automóveis, etc. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
28	500,00	Pares	Manguito de proteção ultra violeta (uv) em poliéster elastano. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
29	200,00	Cx	Máscara descartável dupla (3 camadas - externa em 100% polipropileno e interna com polipropileno). Com elástico cor branca. - com 50 unidades. Indicada para a proteção de profissional e paciente durante tratamentos diários e procedimentos cirúrgicos. É utilizada também para reduzir a exposição à agentes microbianos e virais que podem ser inalados. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
30	200,00	Unid.	Máscara descartável PFF1 para poeira e névoa. Fabricado com quatro camadas de materiais de não tecido, sendo aparte externa composta de não tecido cor azul ou branco tratada com material para não absorção de fluidos líquidos que protege a camada estrutural e o filtro eletrostático. Internamente é adicionado não tecido antialérgico para contato facial. Neste conjunto é fixa do uma cinta elástica deslizante, e um clipe metálico para selagem sobre o septo nasal. Indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras tóxicas como: Poeiras de grãos, cimento portland, fibras Têxteis, carvão, grafite, etc. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
31	40,00	Unid.	Mochila para agente de endemias confeccionadas em lona de algodão fio 10 padrão SUS, da cor caqui, medindo 42/30/12 CM toda estruturada em gorgorão de plástico, fechamento em zíper número 6 na parte de cima da bolsa, com duas alças nas costas em cadaço de nylon com ombreiras contém um bolso externo lateral medindo 12/13 CM, um compartimento externo no meio da mochila e um bolso interno medindo 30/16 CM.		

32	268,00	Unid.	Óculos de segurança constituídos de um arco de material com fendas para encaixe do visor de policarbonato. Com apoio nasal de borracha maleável. Hastes com duas peças, possibilitando o ajuste de comprimento. Proteção contra raios uva e uvb. Lentes com tratamento antirisco, cor incolor. Hastes tipo espátula com ajuste de comprimento. Com proteção lateral. Resistente a alto impacto. Indicado para a proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
33	84,00	Pares	Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de laminado de pvc, talas de aço ou talas de polipropileno ou chapa de aço na parte frontal, com ou sem joelheira, com ou sem fecho plástico para ajustes, com ou sem metatarso, fechamento nas bordas por meio de viés em material sintético, fechamento total em velcro. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
34	100,00	Unid.	Pesca larvas, confeccionadas em arame coberto com plástico e nylon branco nas seguintes dimensões: quadrado, com cabo de 28 CM, e puçá no seguinte tamanho 10,5 x 9 CM largura x 10 CM fundo.		
35	100,00	Unid.	Pipetas de pauster, plástico atóxico, descartável, não estéril, tipo conta gotas, 03ml.		
36	100,00	Unid.	Protetor auditivo, confeccionado em silicone grau farmacêutico, tipo inserção, composto de um eixo com três flanges, onde a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior, protetor tamanho único, moldável a diferentes canais auditivos, com cordão de algodão ligando os dois. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
37	134,00	Unid.	Protetor auditivo, do tipo concha, constituído por duas conchas em plásticos, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, com atenuação de 14 a 25 db, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. É recomendado para trabalhadores que são expostos durante longos períodos a barulhos fortes e frequentes. Acompanhado de certificado de aprovação CA.		
38	890,00	Unid.	Protetor solar fps 60, 120 ml, oil free, uso diário; indicado para pele altamente sensível; hipoalergênico; muito resistente a água e suor; possui vitamina e, prevenindo o envelhecimento precoce da pele; espalha com facilidade e não deixa a pele esbranquiçada; rápida absorção; ação hidratante; fragrância suave; não comedogênico, validade mínima de 12 meses.		
39	20,00	Unid.	Respirador purificador de ar tipo peça semifacial, peça em elastômero de borracha ou silicone, com tirante deslizante, com 2 (duas) válvulas de inalação nas laterais com encaixe tipo baioneta ou rosca com anel de borracha, onde são fixados os filtros mecânicos químicos ou combinados, com 1(uma) válvula de exalação na parte central. Aprovado para: proteção das vias respiratórias contra a inalação de material particulado, utilizar com filtros mecânicos contra poeiras, névoas e fumos, utilizar com filtros químicos contra gases e vapores.		
40	25,00	Unid.	Sapato de segurança, fechamento em cadarço, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, colarinho acolchoado, forro interno na gáspea em não tecido com tratamento antimicrobiano, sem biqueira de aço, palmilha de montagem não tecido, solado poliuretano bi densidade injetado diretamente ao cabedal e sobre a palmilha antimicrobiana. Tamanhos: 36,37,38,39,40,41,42,43		
41	102,00	Pacote	Toucas capilares descartáveis confeccionadas em tecido não tecido (tnt) - cor branca - tamanho único. - 100un		
Valor Total					

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As informações sobre a subcontratação são as previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo, com este Termo de Referência e com o contrato.

8.2. Notificar o Contratado, por escrito ou verbalmente, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.4. Solicitar ao contratado a emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.7. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, inclusive eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.9.2. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

9.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com habilitação e conhecimento adequados.

9.3. Adotar as rotinas estabelecidas no Termo de Referência e no contrato, para execução do objeto.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 9.7. Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 9.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.14. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a impostos, taxas, emolumentos, alvarás, seguros etc.
- 9.15. Fornecer, se o caso, o produto da mesma marca indicada na proposta ou, na ausência desta, produto similar, mediante aceitação prévia do Contratante.
- 9.16. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à execução do objeto, inclusive no que se refere à regularidade do fornecimento ou à prestação dos serviços.
- 9.17. Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, a ocorrência de fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, devidamente comprovado.
- 9.18. Cumprir, durante toda a vigência do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, nos termos do artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.18.1. O cumprimento da obrigação prevista no caput deverá ser comprovado no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, com a devida identificação dos empregados que preencherem as vagas reservadas.
- 9.19. Apresentar, sempre que não for possível a verificação da regularidade por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, os seguintes documentos atualizados, juntamente com a nota fiscal ou fatura:
- I – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
 - II – certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - III – certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital, conforme o domicílio ou sede do contratado;
 - IV – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo supri-los integralmente sem ônus adicional ao Contratante, salvo na

hipótese de ocorrência de algum dos eventos previstos no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.21. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, para análise e aprovação, quaisquer alterações nos métodos executivos que divergirem das especificações previstas no memorial descritivo ou documento técnico equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A garantia de execução, quando for o caso, é a prevista no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimas por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021](#).

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput**

e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.1.3. Indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021](#)).
- 13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste Município e indicadas no Termo de Referência.
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carmo do Paranaíba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-